

conhecimento

interdisciplinaridade

crítica

aprendizagem

experiência

ensino

professores

reflexão

educação

impacto

contexto

ensino

aprender

prática

sentimentos

alunos

agir

emoções

transformação

aprender

dificuldades



teoria

mostrar o mundo

teoria

educacional

compartilhar

sentir

crescimento



EDUCAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE:

Teoria e prática

Anais Alves de Moura
Márcia Cristiane Ferreira Mendes
(Organizadoras)

Atena
Editora
Ano 2022

Volume II

conhecimento

interdisciplinaridade

crítica

aprendizagem

experiência

professores

ensino

contexto

educacional

ensino

educa

impacto

aprender

prática

sentimentos

aprender

agir

emoções

transformação

aprender

dificuldades



teoria

mudar o mundo

teoria

compartilhar

sentir

crescimento

EDUCAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE:

Teoria e prática

Anaisa Alves de Moura
Márcia Cristiane Ferreira Mendes
(Organizadoras)

Atena
Editora
Ano 2022

Volume II

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Educação e interdisciplinaridade: teoria e prática.
Volume II

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadoras: Anaisa Alves de Moura
Márcia Cristiane Ferreira Mendes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação e interdisciplinaridade: teoria e prática. Volume II / Organizadoras Anaisa Alves de Moura, Márcia Cristiane Ferreira Mendes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0463-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.637221508>

1. Educação. I. Moura, Anaisa Alves de (Organizadora).
II. Mendes, Márcia Cristiane Ferreira (Organizadora). III.
Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editores
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



PREFÁCIO

O segundo volume de “Educação e interdisciplinaridade: teoria e prática”, organizado por Anaísa Alves de Moura e Márcia Cristiane Ferreira Mendes continua com sua principal característica pedagógica, já presente no primeiro volume, que é a provocação sobre as questões educacionais contemporâneas. Tal intenção, ganha novos ares, inclusive, nas clássicas discussões sobre interdisciplinaridade, tema este que tem aparecido na agenda educacional nacional e internacional de forma intensa desde a década de 1990. Se, à época, o foco de discussão da interdisciplinaridade era a organização do currículo e as dimensões pedagógicas do ensinar e do aprender, podemos dizer que hoje aparecem ainda outras virtudes para se pensar a educação a partir desse paradigma. A primeira virtude tem a ver com a necessidade de compreensão dos problemas educacionais, sob uma perspectiva social. Compreender os problemas numa sociedade complexa e contraditória como a nossa, requer um esforço sociológico, uma espécie de imaginação sociológica para compreender como a educação dialoga com tantas demandas e esforços. Obviamente, quando falo do esforço sociológico não me refiro à disciplina “Sociologia”, mas a uma espécie de abordagem de compreensão da dimensão social da educação, que necessariamente requer um diálogo entre campos de saberes distintos, que devem - justamente pelo próprio sentido do termo dialogar - reconhecer suas diferenças e buscar consensos analíticos. Sim, é importante ressaltar que a educação é também uma espécie de busca de consensos em meio à diversidade - seja ela epistemológica, social ou política. Nesse sentido, a busca pela análise interdisciplinar da educação não parece ser apenas uma escolha de quem analisa (a educadora ou o educador), mas uma necessidade social (ou até mesmo um “fato social”, como tão bem gostava de defender Émile Durkheim) dada por um mundo difícil de entender, e que não pode ser resumido a apenas uma face de compreensão.

O outro ponto, ou a segunda virtude, tem a ver com os temas clássicos de tratamento do debate interdisciplinar, ou seja, aquilo que em geral nós atribuímos como objeto central da Pedagogia. Nesse escopo caberiam as discussões sobre currículo, sobre as estratégias de didáticas, as formas de compreensão das relações entre estudantes, docentes e comunidade escolar e, por fim, as discussões ligadas à aprendizagem. Nesse campo, o livro organizado por Anaísa Moura e Márcia Mendes, também traz um leque amplo de desafios, de práticas educativas e de abordagens de compreensão. Há que se destacar que a atualização do campo interdisciplinar também nos desafia a perceber certas nuances, certas características do tempo presente. Este campo, portanto, requer reinvenção interpretativa, sempre motivado pelo desafio social da prática educativa, que revela sua dimensão contraditória, criativa e desafiadora. Entendo que as leitoras e os leitores deste livro, em seu segundo volume, encontrarão não só exemplos, mas, sobretudo, tentativas

enriquecedoras de interpretação interdisciplinar dos fenômenos educacionais apresentados por autoras e autores representantes das mais variadas abordagens epistemológicas.

Prof. Dr. Swamy de Paula Lima Soares
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A CONSTRUÇÃO DE UM CURRÍCULO INCLUSIVO PARA A FORMAÇÃO DO POLICIAL MILITAR DO CEARÁ: UMA PROPOSTA DE ENSINO DE LIBRAS

Alano de Moraes Correia

Flávio Pimentel Cavalcante

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215081>

CAPÍTULO 2..... 15

A ETNOGRAFIA EM CIBERESPAÇO: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE PROCESSO DE APRENDIZAGEM POR ALUNOS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Carlos da Silva Cirino

Giovanna Barroca de Moura

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215082>

CAPÍTULO 3..... 28

A INFLUÊNCIA DA MUSICALIZAÇÃO NO APRENDIZADO EM DIFERENTES ETAPAS DA EDUCAÇÃO

Evaneide Dourado Martins

Láis Maria Pinheiro Madeira

Joselena Lira de Albuquerque

Adriana Pinto Martins

Katiane Carlos Cavalcante

Ricélia de Moraes Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215083>

CAPÍTULO 4..... 40

ABORDAGEM GRUPAL COM MULHERES: DIÁLOGOS POR MEIO DO CÍRCULO DE CULTURA

Sanayla Maria Albuquerque Queiroz

Viviane Oliveira Mendes Cavalcante

Silvinha de Sousa Vasconcelos Costa

Thatianna Silveira Dourado

Francisco Freitas Gurgel Júnior

Alessandra Ponte de Queiroz Miranda

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215084>

CAPÍTULO 5..... 51

ANATOMIA HUMANA E O ACESSO À COMUNIDADE ATRAVÉS DO PROJETO DE EXTENSÃO ANATOFERA

Karlla da Conceição Bezerra Brito Veras

Francisco Ricardo Miranda Pinto

Raiara Bezerra da Silva

José Otacílio Silveira Neto

Francisca Ariadina Anário dos Santos

Yllan Carlos da Silva Rosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215085>

CAPÍTULO 6..... 63

CONSULTORIA EM LACTAÇÃO NOS CUIDADOS DAS INTERCORRÊNCIAS NA AMAMENTAÇÃO

Lucicarla Soares da Silva Mendes
Rafaelli Dayse Meneses Moreno
Samara Janielle Alves Morais Soares

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215086>

CAPÍTULO 7..... 74

DESAFIOS DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD)

Juliana Magalhães Linhares
Antonio Diego Dantas Cavalcante
Aline Alves Siridó
Thiago Mena Barreto Viana
Nayara Machado Melo
Amaury Floriano Portugal Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215087>

CAPÍTULO 8..... 86

DISCURSOS QUE SILENCIAM E CONSTITUEM-SE ENQUANTO SEGREGAÇÃO DE GÊNERO NAS AULAS DE MATEMÁTICA

Michele Christiane Alves de Brito

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215088>

CAPÍTULO 9..... 99

EDUCAÇÃO EM TEMPO DE PANDEMIA: A GESTÃO ESCOLAR E O ENSINO REMOTO NUMA ESCOLA PÚBLICA DA PARAÍBA (2020-2021)

Tatiana de Medeiros Santos
Ascenilma Alencar Cardoso Marinho
Maria do Socorro Crispim Araújo Furtado Wanderley
Francineide Rodrigues Passos Rocha
Fabiana de Medeiros Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215089>

CAPÍTULO 10..... 113

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: AVANÇOS E DESAFIOS

Teresa Helena Carlos Alves
Raila Souto Pinto Menezes
Francisco Freitas Gurgel Junior
Idia Nara de Sousa Veras
Francisca Júlia dos Santos Sousa
Karen Sabóia Aragão e Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150810>

CAPÍTULO 11..... 123

ENSINO DA GESTÃO EM SAÚDE NOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO ACADÊMICA EM ENFERMAGEM

Inês Élide Aguiar Bezerra
Maria Eliane Ramos
Manoelise Linhares Ferreira Gomes
Natália Iara Rodrigues de Araújo
Tâmia Queiroz Lira
Liana Alcântara de Castro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150811>

CAPÍTULO 12..... 135

ENSINO REMOTO EM TEMPOS DE PANDEMIA: QUESTÕES PEDAGÓGICAS

Tatiana de Medeiros Santos
Fabiana Medeiros Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150812>

CAPÍTULO 13..... 148

ESTRATÉGIAS DE COMPREENSÃO DE LEITURA

Adriana Pinto Martins
Evaneide Dourado Martins
Márvilla Pinto Martins
Jucelaine Zamboni
Morgana Emny Silva Rocha
Brenda Amanda Reinaldo de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150813>

CAPÍTULO 14..... 160

EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMO ESTRATÉGIAS DE ACESSO À JUSTIÇA

Cláudia dos Santos Costa
Elane Maria Beserra Mendes
Emanuela Guimarães Barbosa
Fabiano Ribeiro Magalhães
Regina Maria Aguiar Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150814>

CAPÍTULO 15..... 172

GESTÃO ESCOLAR E OS PRINCÍPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE

Evânia Rocha de Oliveira
Márcia Cristiane Ferreira Mendes
Anaísa Alves de Moura
Maria da Paz Arruda Aragão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150815>

CAPÍTULO 16..... 184

HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: COLÔNIA E IMPÉRIO

Luciana de Moura Ferreira

Eliza Angélica Rodrigues Ponte

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150816>

CAPÍTULO 17..... 192

O LUGAR DAS CRIANÇAS NOS PROCESSOS PARTICIPATIVOS E TOMADAS DE DECISÃO NUMA UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES

Dayselane Eduardo Bianchini

Jucilene Pimentel Moreira Brandenburg

Maria Aparecida Rodrigues da Costa Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150817>

CAPÍTULO 18..... 204

O PRINCÍPIO EDUCATIVO E A PRÁTICA DOCENTE

Brenda Barbosa de Sales

Márcia Cristiane Ferreira Mendes

Maria Aparecida Alves da Costa

Francinalda Machado Stascxak

Limária de Araújo Mouta

Fernanda Mendes Cabral Albuquerque Coelho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150818>

CAPÍTULO 19..... 215

O PROCESSO HISTÓRICO DA INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E OS DESAFIOS ATUAIS

Sílvia de Sousa Azevedo

Marcelo Franco e Souza

Maria Aparecida de Paulo Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150819>

CAPÍTULO 20..... 226

PERCEÇÃO DOCENTE SOBRE AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA MANUEL JAIME NEVES OSTERNO

Luciana de Moura Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150820>

CAPÍTULO 21..... 236

PRÁTICAS INTERVENCIONISTAS PSICOEMOCIONAIS COM PAIS DE RECÉM-NASCIDOS INTERNADOS EM UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA

Tamara Cosme Rodrigues Ferreira

Keila Maria Carvalho Martins

Jorge Luís Pereira Cavalcante

Francisco Leonardo Teixeira de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150821>

CAPÍTULO 22.....	250
QUALIDADE DE VIDA SOB A PERCEPÇÃO DO IDOSO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	
Loide Cardoso Farias	
Inês Élda Aguiar Bezerra	
Nátilla Azevedo Aguiar Ribeiro	
Martinilisa Rodrigues Araújo	
Héryca Laiz Linhares Balica	
Antonia Abigail do Nascimento Cavalcante	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150822	
CAPÍTULO 23.....	261
RELAÇÕES EXISTENTES ENTRE DESENVOLVIMENTO INFANTIL, PRÁTICAS PARENTAIS E PRÁTICAS EDUCATIVAS ESCOLARES	
Germana Albuquerque Torres	
Ana Isabelle Carlos Barbosa	
Ana Ramyres Andrade Araújo	
Marcio Silva Gondim	
Silvia de Sousa Azevedo	
Thamyles de Sousa e Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150823	
CAPÍTULO 24.....	273
RESSOCIALIZAÇÃO E APRENDIZAGEM EM CÁRCERE: A PRÁTICA DO FUTEBOL E SUAS REPERCUSSÕES NA AGRESSÃO FÍSICA E AGRESSÃO VERBAL	
Vanessa Mesquita Ramos	
Adilio Moreira de Moraes	
Berla Moreira de Moraes	
Betânea Moreira de Moraes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150824	
CAPÍTULO 25.....	284
TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO-TEA: UMA ABORDAGEM REFLEXIVA A PARTIR DE UM OLHAR PSICOPEDAGÓGICO	
Ilaneide Marques Souto Bezerra	
Ilani Marques Souto Araújo	
Elizabeth Oliveira de Figueiredo Cruz	
Carlos Natanael Chagas Alves	
Francisco Marcelo Alves Braga Filho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150825	
SOBRE AS ORGANIZADORAS.....	295

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: AVANÇOS E DESAFIOS

Data de aceite: 02/05/2022

Teresa Helena Carlos Alves

Centro Universitário INTA-UNINTA
Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/6128883660943545>

Raila Souto Pinto Menezes

Centro Universitário INTA-UNINTA
Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/9854581269711914>

Francisco Freitas Gurgel Junior

Centro Universitário INTA-UNINTA
Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/4457161607625347>

Idia Nara de Sousa Veras

Centro Universitário INTA-UNINTA
Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/9285610489083436>
<https://orcid.org/0000-0002-9488-9108>

Francisca Júlia dos Santos Sousa

Hemocentro Regional de Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5977329551887075>

Karen Sabóia Aragão e Silva

Hemocentro Regional de Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/6771511985286707>

RESUMO: A Educação Permanente em Saúde-EPS se configura como uma proposta de aprendizagem no trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações, transformando a prática dos trabalhadores. Esta pesquisa teve como objetivo

analisar os avanços e os desafios da educação permanente em saúde junto aos profissionais da Estratégia Saúde da Família. Trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória, descritiva, com abordagem qualitativa, envolvendo 20 profissionais da área da saúde de uma determinada Unidade Básica de Saúde (UBS) localizada no município de Santa Quitéria-CE. A coleta das informações ocorreu a partir da aplicação de um roteiro de entrevista semiestruturada, respeitando os princípios éticos, obtendo parecer consubstanciado do CEP de número: 3.495.370. A partir dos resultados, foi possível identificar pontos positivos e negativos na realização das ações de EPS houve uma melhoria das práticas educativas segundo a percepção dos profissionais. Porém as práticas educativas ainda estão um tanto distanciadas da proposta da Política de Educação Permanente em Saúde. O estudo trouxe como potencialidades, informações úteis aos profissionais e gestores de saúde, uma vez que aponta as reflexões dos profissionais de saúde acerca das ações de educação permanente em saúde desenvolvidas no território, assim como propostas de melhoria que poderão ser tomadas a fim de corrigir as limitações e suprir as necessidades na formação do processo de trabalho desses profissionais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Permanente em Saúde. Atenção Primária. Estratégia Saúde da Família.

PERMANENT HEALTH EDUCATION IN THE FAMILY HEALTH STRATEGY: ADVANCES AND CHALLENGES

ABSTRACT: Permanent Education in Health is configured as a proposal for learning at work, where learning and teaching are incorporated into the daily life of organizations, transforming the practice of workers. This research aimed to analyze the advances and challenges of continuing education in health with professionals from the Family Health Strategy. This is an exploratory, descriptive field research with a qualitative approach, involving 20 health professionals from a specific Basic Health Unit located in the city of Santa Quitéria-CE. The collection of information took place from the application of a semi-structured interview script, respecting ethical principles, obtaining an opinion embodied in the CEP number: 3.495.370. From the results, it was possible to identify positive and negative points in carrying out Permanent Education in Health educational actions; There was an improvement in educational practices according to the professionals' perception. However, educational practices are still little distanced from the proposal of the Permanent Education Policy in Health. The study brought as potentialities, useful information to health professionals and managers, since it points out the reflections of health professionals about the difficulties encountered by these in the with regard to continuing education in health developed in the territory, as well as proposals for improvement that can be taken through this problem, in order to correct such failures and meet the needs in the training of the work process of these professionals.

KEYWORDS: Permanent Education in Health. Primary Care. Family Health Strategy.

INTRODUÇÃO

A Atenção Básica é considerada porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde- SUS, possui um espaço de gestão do cuidado das pessoas e cumpre papel estratégico na Rede de Atenção à Saúde - RAS, servindo como base para o seu ordenamento e para a efetivação da integralidade. Entretanto, é necessário que a Atenção Básica tenha alta resolutividade, com capacidade clínica e de cuidado, além da articulação com outros pontos da RAS. Segundo o Ministério da Saúde, todas as Unidade Básica de Saúde são consideradas potenciais espaços de educação, formação de recursos humanos, pesquisa, ensino em serviço, inovação e avaliação tecnológica para as Rede de Atenção à Saúde (BRASIL, 2017a).

Neste contexto, é de relevância considerar que um dos suportes de sustentação do SUS é a formação de seus trabalhadores. Seguindo essa premissa, o Brasil instituiu a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) como estratégia de formação e desenvolvimento de trabalhadores de saúde, por meio da Portaria GM/MS nº 198/2004 (FRANÇA et al., 2017).

Ainda segundo o mesmo autor, a Educação Permanente em Saúde (EPS) é um processo pedagógico que relaciona ensino, serviço, docência e saúde, contribuindo para o desenvolvimento profissional, a gestão e o controle social. A EPS tem por base os pressupostos da aprendizagem significativa que devem ser orientadores das ações

de desenvolvimento profissional e das estratégias de mudança das práticas de saúde. Caracteriza-se por ter um olhar sobre as necessidades da população e no profissional, configurando-se como um processo de gestão participativa e transformadora, que inclui instituições de ensino, trabalhadores, gestores e usuários.

A partir dessa perspectiva, torna-se fundamental buscar elementos para aperfeiçoar os processos formativos vivenciados pelas equipes de saúde da Atenção Primária à Saúde - APS. Esse desafio ressignifica a EPS nos serviços de saúde e lança elementos para a qualificação destes serviços, a partir de um processo educativo contextualizado com a realidade retratada no cotidiano profissional. A EPS também se configura como uma ação política, na qual os atores envolvidos, a partir de suas práticas cotidianas, elaboram diferentes construções de cuidado e de transformação da realidade. Portanto, torna-se importante conhecer as dificuldades vivenciadas pelas equipes de saúde no processo de EPS (PINHEIRO; AZAMBUJA; BONAMIGO, 2018). Nesse contexto, o estudo buscou analisar os avanços e os desafios da educação permanente em saúde junto aos profissionais da Estratégia Saúde da Família.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de campo do tipo exploratória, descritiva, com abordagem qualitativa. Segundo Gil (2017), as pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis. São em grande número as pesquisas que podem ser classificadas como descritivas e a maioria das que são realizadas com objetivos profissionais provavelmente se enquadra nesta categoria.

O estudo foi realizado no Município de Santa Quitéria que está localizado no Sertão Noroeste do Estado do Ceará. O município conta com um hospital e oito unidades básicas de saúde, sendo quatro localizadas na sede do município e quatro distribuídas nos distritos.

Teve como cenário para pesquisa um Centro de Saúde, localizado na sede do município. A escolha por esta unidade justifica-se pelo fato de que a referida unidade é responsável por um quantitativo maior de família comparado as demais unidades, abrangendo três bairros da sede e distritos. Tendo em vista a grande demanda, na unidade há duas equipes de Saúde da Família, ou seja, dois médicos, três enfermeiros, duas técnicas de enfermagem, um dentista, um técnico de saúde bucal, dois auxiliares de farmácia e vinte agentes comunitários de saúde.

O estudo foi realizado no ano de 2019, com os dados coletados no mês de setembro do referido ano, após aprovação do Comitê de Ética. Participaram 20 profissionais de saúde que compõem a referida unidade de saúde do estudo. Para seleção dos participantes foram adotados os seguintes critérios de inclusão: Ter mais de 01 anos de experiência na atuação profissional naquela unidade, e como critérios de exclusão: profissionais afastados do

serviço motivo de férias ou licença médica.

Como forma de resguardar a identificação dos participantes, os mesmos foram identificados através de código alfanumérico a citar: Gerente (G), Técnico de Enfermagem (TE), Enfermeiro (E), Técnico em Saúde Bucal (TSB), Odontologista (O), Médico (M) e Agente Comunitário de Saúde (ACS).

O procedimento para coleta das informações aconteceu em 03 etapas: Na 1ª etapa foi realizada uma visita à secretaria de saúde do município em questão, onde o projeto foi apresentado ao secretário de saúde do município onde foi informado sobre o teor da pesquisa, seus participantes e métodos, e como a mesma pode contribuir para a população e para o município. Esta etapa teve como obtenção a assinatura do termo de anuência. Na 2ª etapa ocorreu a visita à unidade selecionada onde foi apresentado o projeto para o gerente da unidade em questão. Em seguida foram identificados os participantes. E por fim, na 3ª etapa, foi realizado o primeiro contato com todos os profissionais da saúde na unidade em questão. Neste momento, foi feita a apresentação da pesquisadora, do projeto, assim como os dispositivos da pesquisa, sempre ressaltando seus aspectos éticos perante os participantes; e, portanto, o convite de participação desses profissionais. Na oportunidade, foi elaborado um cronograma de visitas à unidade, mediante a disponibilidade de cada um; o mesmo foi elaborado juntamente com os profissionais e o gerente da unidade.

Sendo que a partir do aceite dos participantes, através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), as entrevistas foram realizadas dentro do serviço de saúde em um horário e dia conveniente para os participantes.

Para análise das informações foi utilizada a análise temática segundo Minayo (2014) que se constitui em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado.

Este estudo também atendeu os princípios éticos e legais da pesquisa com seres humanos conforme a resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012). Foi analisado pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Centro Universitário UNINTA, onde obteve o parecer favorável sob o nº 3.495.370.

REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, durante o processo de implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), as práticas de APS passaram a ser denominadas de atenção básica, implementada como política de Estado (ALMEIDA et al, 2018).

Em 28 de março de 2006, através da Portaria nº GM/648, o Ministério da Saúde publicou a expansão da Estratégia de Saúde da Família, visando a reorganização da atenção básica no Brasil: a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), alterando e revogando dezenas de Portarias existentes até então. Futuramente, mais duas versões, revisando a PNAB, foram publicadas pelo Governo Federal, uma em 2011 e outra, em

setembro de 2017 (PINTO; GIOVANELLA, 2018).

Com o advento da criação do SUS, as questões da educação na saúde passam a fazer parte do elenco de atribuições finalísticas do sistema. Para observá-lo e executá-lo, o Ministério da Saúde tem desenvolvido, ao longo do tempo, várias estratégias e políticas voltadas para a adequação da formação e qualificação dos trabalhadores de saúde às necessidades de saúde da população e ao desenvolvimento do SUS (BRASIL, 2009).

Nessa perspectiva, foi instituída no Brasil a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) como estratégia do Sistema Único de Saúde (SUS) para a formação e o desenvolvimento dos seus profissionais e trabalhadores, buscando vincular a integração entre ensino, serviço e comunidade, além de assumir a regionalização da gestão do SUS, como suporte para o desenvolvimento de iniciativas qualificadas ao enfrentamento das necessidades e dificuldades do sistema. A PNEPS tem como finalidade transformar as práticas do trabalho, com base em reflexões críticas, apresentando o encontro entre o mundo da formação e o mundo do trabalho, através da ligação entre o aprender e o ensinar na realidade dos serviços (BRASIL, 2017b).

A educação permanente em saúde precisa ser compreendida, ao mesmo tempo, como uma 'prática de ensino-aprendizagem' e como uma 'política de educação na saúde'. Ela se parece com muitas linhas brasileiras da educação popular em saúde e compartilha muitos de seus conceitos, mas enquanto a educação popular tem em vista a cidadania, a educação permanente tem em vista o trabalho, ou seja, o trabalhador (CECCIM; FERLA, 2016).

Neste processo, a educação permanente em saúde mostra-se como a principal estratégia para qualificar as práticas de cuidado, gestão e participação popular. Deve fundamentar-se num processo pedagógico que parte do cotidiano do trabalho envolvendo práticas que possam ser definidas por múltiplos fatores (conhecimentos, valores, planejamento e organização do trabalho) e que considerem fundamentos que façam sentido para os atores envolvidos. As mudanças na gestão e na atenção ganham maior praticabilidade quando produzidas pela afirmação da autonomia dos sujeitos envolvidos, que acordam entre si responsabilidades compartilhadas nos processos de gerir e de cuidar (BRASIL, 2017b).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise das entrevistas emergiram três categorias, a saber: "Conceituando Educação Permanente em Saúde", "Desafios e potencialidades na realização da EPS na Estratégia Saúde da Família" e "Melhoria nas práticas de Educação Permanente em Saúde" que serão descritos e discutidos a partir da literatura existente a seguir.

Conceituando Educação Permanente em Saúde

Neste estudo, quando questionados acerca do conhecimento sobre educação permanente em saúde os participantes revelaram realidades convergentes e também divergentes, quando comparado ao que é abordado na literatura.

Educação permanente é quando nos reunimos, fazemos uma reunião quando estamos com algum problema, conversamos e se resolve o problema (G1).

Educação permanente é que sempre o profissional deve estar participando de cursos oferecidos pelo Sistema Único de Saúde para que tenha um melhor desempenho no seu trabalho (E2).

Educação permanente em saúde a gente entende como que algo que a gente aprende, fica pra gente ou devemos repassar (TSB1).

No âmbito da gestão da educação na saúde, o debate gira em torno de dois padrões, identificados como 'educação continuada' e 'educação permanente'. A perspectiva da educação permanente em saúde (EPS) se apoia no conceito de 'ensino problematizador', que considera que a produção de conhecimento ocorre no dia-a-dia das instituições de saúde, tendo como base os problemas vivenciados pelos diferentes atores (profissionais, gestores, usuários) (CECCIM; FERLA, 2008, apud MACEDO; ALBUQUERQUE; MEDEIROS, 2014).

A educação continuada (EC) abrange as atividades que possui período definido para execução e empregam, em sua maior parte, os pressupostos da metodologia de ensino tradicional, como exemplo as ofertas formais nos níveis de pós-graduação. Refere-se ainda às atividades educacionais que visam promover a aquisição contínua e acumulativa de informações técnico-científicas pelo trabalhador, por meio de práticas de escolarização de caráter mais formal, bem como de experiências no campo da atuação profissional, no âmbito institucional ou até mesmo externo a ele (BRASIL, 2018).

Quando comparado os achados neste estudo com os conceitos identificados na literatura, é possível concluir que os participantes ainda apresentam uma compreensão de EPS ainda muito superficial. Além de trazer elementos conceituais da educação continuada como educação permanente, ou seja, percebe-se claramente que as profissionais desenvolvem ações educativas sem compreender bem a diferença entre esses dois conceitos.

Desafios e Potencialidades na realização da EPS na Estratégia Saúde da Família

Identifica-se nesta categoria a percepção dos profissionais diante das potencialidades dessas ações educativas. Observou-se que os mesmos reconhecem a importância de se desenvolver as ações de EPS no ambiente de trabalho e o quanto é necessário para que haja progresso, avanços na promoção, proteção, prevenção, reabilitação e recuperação da saúde do paciente, visto que essas ações geram transformações das práticas desses

profissionais mediante a problematização do processo de seu trabalho.

É muito bom, porque quando acontece à gente fica sabendo de mais coisas e melhora, digamos assim, o atendimento (TE2).

Capacita o profissional, o qualifica, melhora o perfil dele na saúde da família, e ele tem que encarar a questão do saber o que é saúde, não é só atender o paciente, tem que promover a saúde, capacita o profissional para ele interferir no processo saúde-doença (O1).

Percebe-se que as práticas de EPS surgem como um mecanismo facilitador para o serviço; contudo, estas requerem uma construção prolongada e realimentada, a cada momento, com questionamentos que surgem ao longo da vivência dos profissionais, na prática. Sendo assim, é preciso continuar motivando a ideia de inovação e de questionamento constantes, pensando a possibilidade de EPS como método para mudança da organização do processo de trabalho e da qualidade da gestão e da assistência (CAMPOS; SENA; SILVA, 2017).

Constatarem-se, em um estudo recente, as dificuldades na realização das ações de EPS, evidenciando-se que o ato de tornar conscientes as dificuldades enfrentadas nas ações de EPS reforça o olhar crítico sobre o trabalho em saúde, promovendo a elaboração de estratégias para superá-las (PINHEIRO; AZAMBUJA; BONAMIGO, 2018).

Após serem questionados acerca dos desafios ou fragilidades dessas ações educativas desenvolvidas no seu trabalho, os participantes relataram que ainda há profissionais que utilizam do modelo biomédico, realizando somente o atendimento para a cura ou melhora do acometimento, não buscam promover a saúde e prevenir outras doenças, que são deveres capazes de serem obtidos também por meio da aprendizagem significativa, que é aquilo que se aprende e muda por dentro e por fora, utilizada nas ações educativas de EPS. Sendo assim, concernente às falas nota-se que ainda há uma resistência para desenvolver essas ações, tanto da parte dos profissionais quanto da parte dos setores públicos em investir na implementação da Educação Permanente em Saúde enquanto política.

As pessoas ainda estão muito ligadas na questão curativa da doença, que vai resolver só com atendimento, mas saúde é a melhoria da qualidade de vida das pessoas, não se faz saúde só com atendimento e para melhorar a saúde das pessoas tem que melhorar como um todo, como também a educação (O1).

A falta de participação, a falta de apoio dos setores públicos que poderiam dar mais apoio (ACS1).

Uma das principais dificuldades dos trabalhadores e gestores municipais é proporcionar a EPS nas várias redes de atenção. Ainda se tem uma percepção de que a EPS é uma questão a ser trabalhado com as equipes da rede básica, não reconhecendo que o fundamental é refletir sobre a micropolítica que se fortalece em todos os lugares onde se produz o cuidado (CAMPOS; SENA; SILVA, 2017).

Melhoria nas práticas de Educação Permanente em Saúde

Nesta categoria, os profissionais foram interrogados quanto às propostas para melhoria das práticas educativas voltadas para a educação permanente em saúde realizada na unidade de saúde. Identificou-se a carência da participação da gestão municipal no investimento dessas ações, assim como a questão da sobrecarga de trabalho de alguns profissionais como desafio na realização dessas ações, apontando a necessidade de um planejamento de forma a otimizar um tempo para as ações educativas considerando a sua jornada de trabalho.

Que todas as instituições, todos os profissionais eles possam fazer esse trabalho sempre em parceria e englobando todos, tanto quanto o secretário de saúde e a prefeitura municipal. Que os profissionais consigam fazer esse trabalho unificado e com isso a população fique bem mais orientada (...) Que possa trabalhar em conjunto com a secretaria de saúde e a coordenação de atenção básica do município. Então acho que trabalhando dessa maneira e todos os profissionais engajados dessa forma com certeza a gente vai conseguir promover saúde pra essa população com mais qualidade e fazer que ela diminua a chance de ela vir adoecer (E3).

Tentar conciliar, no meu caso, pois é difícil já que a demanda é muito alta, visto que sou a única médica na unidade, então acabo me privando de realizar a educação permanente porque não consigo dar conta de tudo. Seria mais isso, a questão de ter tempo ou um horário destinado a educação por que eu amo a parte educativa, mas não consigo fazer porque exige muito mais (M1).

Há uma sobrecarga de responsabilidades que se dar pela ausência de planejamento e pela dificuldade na organização dos serviços, acarretando em problemas no atendimento à população e, em consequência, mantendo os profissionais inundados na assistência à saúde, deixando em segundo plano algumas questões relativas aos processos educativos (PINHEIRO; AZAMBUJA; BONAMIGO, 2018).

É necessário que sejam adotados instrumentos que possibilitem a avaliação in loco dos dispositivos instituídos, participação e demandas de EPS, de modo a fornecer os subsídios para processos decisórios, o financiamento e a formulação de políticas amparadas pelos princípios e diretrizes do SUS (OLIVEIRA; SANTOS; ALMEIDA; OLIVEIRA, 2020).

Logo, percebe-se que é incontestável a importância da EPS na formação dos profissionais de saúde na busca da melhoria na assistência prestada a população. Porém exige uma responsabilidade compartilhada com a gestão em seus três níveis de governo para com a efetivação dessa importante política nos serviços de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou a compreensão de que a inserção da educação permanente em saúde na Estratégia Saúde da Família ainda é desafiadora frente a proposta que é preconizada enquanto política, porém é reconhecida pelos profissionais como um mecanismo importante para ressignificação do processo de trabalho no SUS.

Foi possível evidenciar também ações paralelas de Educação Permanente em Saúde (EPS) e Educação Continuada (EC) nas práticas educativas de trabalhadores no cenário estudado. Ambas são importantes para o desenvolvimento dos trabalhadores na atenção primária à saúde, pelo seu caráter complementar:

Dentre os desafios apontados foi citado a sobrecarga dos profissionais com os processos de trabalho o que acaba inviabilizando os momentos formativos no cotidiano de trabalho, levando os mesmos a apontar como uma das propostas de melhoria para viabilização da Educação permanente em Saúde o cotidiano de trabalho, um maior compromisso e apoio dos gestores nesse processo de formação dos trabalhadores de saúde.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E R et al. Revisão da Política Nacional de Atenção Básica. **Rev Panam Salud Publica** 42, 2018. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/rp/2018.v42/e180/pt>. Acesso em: 16 de Janeiro de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.436, de 21 de Setembro de 2017**. Política Nacional da Atenção Básica. 2017a. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 15 abr. 2021.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente (PNEPS)**, 2017b. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/trabalho-educacao-e-qualificacao/gestao-da-educacao/qualificacao-profissional/40695-politica-nacional-de-educacao-permanente-pneps>. Acesso em 10 mai. 2021.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 64 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006; v. 9).

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento?** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação na Saúde – 1. ed. rev. – Brasília : Ministério da Saúde, 2018.

_____. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 12 dez. 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em 10 de maio de 2021.

CAMPOS, Kátia F.C.; SENA, Roseni R.; SILVA, Kênia L. Educação permanente nos serviços de saúde. **Ana Nery Rev. Enferm**, Rio de Janeiro, v 24, n.4, p. 1-10, abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/9vD6Ww7FyM9qHFkqgrRkT3c/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 de maio de 2021.

CECCIM, Ricardo B.; FERLA, Alcindo A. **Educação permanente em saúde**. In: PEREIRA, Isabel B.; LIMA, Julio C. F. Dicionário da educação profissional em saúde. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 162-168.

FRANÇA, Tânia, et al. **Política de Educação Permanente em Saúde no Brasil: a contribuição das Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço**. Rev. Ciência & Saúde Coletiva, vol.22, n.6 p. 1817-1828, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/ijcsc/a/gxPVCCx7x83PrSJ5yvppYXz/abstract/?lang=pt>. Acesso em 10 de maio de 2021.

Gil, Antonio Carlos – **Como elaborar projetos de pesquisa** / Antonio Carlos Gil. – 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

MACÊDO, Neuza B.; ALBUQUERQUE, Paulette C.; MEDEIROS, Kátia R. O desafio da implementação da educação permanente na gestão da educação na saúde. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v 12, n. 2, p. 379-401, maio/agos. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/ijtes/a/3PWLyg7mL9s8XrCkbKWjtkH/?lang=pt#:~:text=Para%20a%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20da%20Pol%C3%ADtica,provoca%20o%20rompimento%20de%20uma>. Acesso em: 15 de Mai 2021.

MINAYO, M. C. **Pesquisa qualitativa em saúde**. Instituto Sírio Libanes. São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, Israel Victor; SANTOS, Joacira Mota Matos; ALMEIDA, Fernanda Campos Sousa de; OLIVEIRA, Rogério Nogueira de. Educação Permanente em Saúde e o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica: um estudo transversal e descritivo. **Rev Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 124, p. 47-57, jan-mar 2020. Disponibilizado em: <https://www.scielo.br/ij/sdeb/a/8w7BsHDDS97nhJBYrByvvKz/?lang=pt>. Acesso em 17 de janeiro de 2022.

PINHEIRO G. E. W.; AZAMBUJA M. S.; BONAMIGO A. W. Facilidades e dificuldades vivenciadas na Educação Permanente em Saúde, na Estratégia Saúde da Família. **Rev. Saúde debate**, vol.42, n.spe.4, p. 187-197, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/ij/sdeb/a/fxDm8Km9jhC3wpz59nQZJxM/?lang=pt>. Acesso em: 15 de Mai 2021.

PINTO L. F.; GIOVANELLA I. Do Programa à Estratégia Saúde da Família: expansão do acesso e redução das internações por condições sensíveis à atenção básica (ICSAB). **Rev.Ciência&Saúde Coletiva**, v.23, n. 6, p. 1903-1913, Jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/ijcsc/a/dXV7f6FDmRnj7BWPJFt6LFk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 de Mai 2021.

conhecimento

interdisciplinaridade

crítica

aprendizagem

experiência

professores

ensino

contexto

educacional

ensino

educação

impacto

aprender

prática

sentimentos

aprender

agir

emoções

aprender

transformação

aprender

dificuldades



teoria

mudar o mundo

teoria

compartilhar

sentir

crescimento

EDUCAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE:

Teoria e prática

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Atena
Editora
Ano 2022

Volume II

conhecimento

interdisciplinaridade

crítica

aprendizagem

experiência

ensino

professores

reflexão

educação

impacto

ensino

prática

sentimentos

aprender

alunos

agir

emoções

transformação

aprender

dificuldades



teoria

mudar o mundo

contexto

educacional

teoria

compartilhar

sentir

crescimento

EDUCAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE:

Teoria e prática

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  @atenaeditora
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Atena
Editora
Ano 2022

Volume II